

ÁFRICA:

Assuntos de Segurança até 2010

William Thom

AS PERSPECTIVAS para a África para os próximos dez anos vão depender dos graves problemas de segurança do continente. A paz é o fundamento do futuro da África porque todas as metas de desenvolvimento, planos para um bom governo e do alívio para o sofrimento humano, dependem de um ambiente seguro e estável. Ao sul do Saara, a África sofre de um vicioso ciclo de pobreza, que contribui para a violência e política criminosa que inibe o investimento e desencoraja o desenvolvimento econômico. Atualmente, um em cada três estados subsaarianos sofre de algum tipo de conflito militar.

A pobreza é a raiz de muitos dos conflitos africanos, e o número dos que arriscam combater para obter sua parte da escassa economia está crescendo. A revolução global em comunicações incita as expectativas ascendentes e, à medida que os africanos começam a compreender a extensão de sua pobreza, perdem a paciência com seus ineficazes líderes políticos e regentes tradicionais — as oportunidades para um avanço econômico estão penosamente além do seu alcance. Estados de governo pobre e exércitos precários ou incontroláveis estão destinados a sofrerem um colapso.

A preocupação com a segurança básica é outro fator. Quando um Estado já não pode mais proteger seus cidadãos, estes procuram a proteção por outro caminho. A insegurança gera animosidades étnicas, religiosas e regionais, mesmo quando diferenças têm permanecido dormentes por muito tempo. Quando tudo falha, indivíduos voltam a depender de suas unidades tribais, incentivando o surgimento de comandantes militares, escolhidos geralmente com base em afiliações étnicas.

Outra mudança radical referente à segurança na África ocorreu depois de terminada a Guerra Fria: os países africanos estão agora criando suas próprias agendas de segurança. Depois de mais de cem anos sob o jugo do domínio

colonial e da distorção da Guerra Fria, os africanos estão se ocupando dos eventos que envolvem o seu continente.

Os africanos estão percebendo um enfraquecimento no compromisso de segurança oferecida pelos poderes externos tradicionais — seus antigos regentes coloniais e parceiros na Guerra Fria.

Recentemente, o papel mais limitado da França, como automeada “gendarme da África”, é instrutivo. A intervenção unilateral francesa em Ruanda em 1994 ocasionou acusações de que a França havia ficado do lado dos Hutu contra os Tutsi. Dois anos mais tarde, quando o antigo aliado da França e presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, se deparou com uma séria rebelião apoiada por uma aliança de estados regionais, Paris hesitou. Esta inação deu o recado de que existiam agora novas limitações à intervenção francesa na África.

Os líderes africanos de hoje vêem uma nova liberdade para agir militarmente. Do lado positivo, estados africanos encontram-se mais inclinados a aceitarem a responsabilidade de encontrarem as soluções para os seus problemas de segurança. Na era pós-Guerra Fria, uns 20 países já participaram de operações de manutenção de paz no continente, a maioria destes por incentivo próprio. Do lado negativo, esta nova liberdade tem fomentado aventuras militares que têm complicado os problemas da segurança regional.

A posição da África Subsaariana na constelação global de segurança pós-Guerra Fria está emergindo. O continente tem assuntos inacabados desde a Guerra Fria e até mesmo desde o período colonial. Nesta terra, na maior parte de pequenas guerras internas, um limitado investimento militar tem o potencial de produzir lucros imensos. Entre os numerosos estados fracos com exércitos pobres e frágeis instituições, até mesmo uma pequena guerra pode gerar grande destruição, como ocorreu na Somália e em Serra Leoa. Em outros dez anos a África provavelmente ainda

estará em guerra consigo mesma, em contínuo processo de formar nações, à medida que estados estáveis e relativamente fortes sobrevivem, e outros fracos e desesperadamente fraturados sucumbem. O que segue são alguns dos temas militares-chave que ajudarão a conformar as realidades africanas durante os próximos dez anos.

A Guerra na Era da Independência

Desde o fim da IIGM, identificam-se três períodos de guerra na África Subsaariana. Eles percorrem o espectro do combate desde guerras de guerrilha até as de coalizão, sendo a insurreição uma constante. Durante esses períodos, cerca de 3,5 milhões de soldados e civis morreram em conflitos africanos. O primeiro período envolveu guerras de libertação contra os poderes coloniais, guerras que continuaram por praticamente toda a década dos 70. Estas insurreições armadas contra os últimos poderes coloniais foram essencialmente de baixo custo, conflitos pequenos apoiados por nações comunistas. Porém, outras revoltas contra o colonialismo não se alinharam com a causa comunista e — pelo menos no início — não receberam apoio significativo de Moscou. Exemplos das décadas de 50 e 60 incluem a revolta inicial em Angola, a dos Mau Mau no Quênia e a luta pela independência na Eritreia. Na África do Sul ocorreram guerras de libertação nacional para acabar com os regimes colonizadores da maioria branca.

O segundo período foi marcado pelo surgimento de poucas guerras entre estados e guerras civis em larga escala que tiveram importância militar, de natureza convencionais e politicamente controversas. Durante os anos 70, um número de estados africanos contava com exércitos capazes de projetarem poder através das fronteiras. Os dois melhores exemplos de conflito africano entre estados deste período foram a Guerra de Ogaden entre a Etiópia e a Somália (1977-78) e a guerra entre a Tanzânia e a Uganda (1978-79). A África do Sul, com liderança branca, optou por uma estratégia de defesa avançada durante os anos 70 e 80, que resultou em combates episódicos com estados de regimes negros ao norte. Porém, em Angola, o governo racista de Pretória desdobrou numerosas forças convencionais para combater forças angolanas e cubanas. Dois estados importantes que haviam sido infiltrados por regimes comunistas durante os anos 70 — Etiópia e Angola — encaram grandes guerras civis nos anos 80. Os poderes do comunismo destinaram tropas, conselheiros e bilhões de dólares em armamento convencional em uma vã tentativa de preservar seus imaginários avanços nesses dois países. Para fornecer o equilíbrio, o Ocidente proporcionou assistência militar aos assim chamados “combatentes pela liberdade”, anticomunistas em Angola e pilares do anti-marxismo tal como o presidente Mobutu, do Zaire.

Já durante os anos pós-Guerra Fria dos 90 havia emergi-

Para os estados africanos, o presente é um tempo de experimentação com os usos e limitações da aplicação da força militar. Os próximos dez a vinte anos trarão poder militar polarizado ao subcontinente e um pequeno mas crescente número de estados fortes cada vez mais dispostos a usarem da força militar. As guerras convencionais existirão devido ao petróleo, aos outros minérios, à água e terra fértil e para determinar o domínio regional. A insurreição armada prevalecerá em muitos dos estados mais fracos, continuando a atual tendência, com poderes regionais ou blocos de poder interferindo de forma seletiva para protegerem seus interesses vitais, estes sendo muitas vezes a capital e os recursos valiosos no interior.

do um terceiro período, um que apontava à próxima década. As principais guerras se mostravam mais uma vez como sendo principalmente contendas internas no nível não convencional ou semi-convencional, levando ao colapso do estado e às guerras de intervenção. Fácil de financiar e difícil de se combater, a guerra da guerrilha — há muito um veneno na África — continua sendo a forma mais prevalente de conflito. As cruéis insurreições de hoje diferem dos movimentos anteriores de libertação armada na motivação: conflitos atuais têm base no poder e na economia, não nas causas políticas ou ideológicas. Em estados pobres, com exércitos mal pagos e mal adestrados, bandidos armados se tornam insurgentes armados preenchendo o vácuo do poder.

A guerra durante os anos 90, tornou-se mais sangrenta à medida que os conflitos de extermínio mútuo destruíam já frágeis infra-estruturas. As atuais insurreições africanas tendem a estar melhores armadas e serem mais numerosas do que suas predecessoras dos anos 60. À medida que se confundem as distinções entre a guerra da guerrilha e o crime organizado, os alvos muitas vezes se tornam o próprio povo. Prolongadas guerras internas podem destruir a estrutura do estado e da sociedade. Em um continente onde a maioria da população não têm mais de quinze anos de idade, a revolução das comunicações tem salientado a enorme diferença entre o rico e o pobre. Uma juventude sem esperança em um estado em apuros proporciona uma fonte para os senhores da guerra; em outras partes, as crianças são seqüestradas dos vilarejos por bandas de insurgentes

nômades. Isto pode resultar em jovens combatentes socializados por uma violência intensa de direito de passagem, que começam por ver o crime, a matança e a pilhagem como um meio de vida normal.

Para os estados africanos, o presente é um tempo de experimentação com os usos e limitações da aplicação da força militar. Os próximos dez a vinte anos trarão poder militar polarizado ao subcontinente e um pequeno mas crescente número de estados fortes cada vez mais dispostos a usarem da força militar. As guerras convencionais existirão devido ao petróleo, aos outros minérios, à água e terra fértil e para determinar o domínio regional. A insurreição armada prevalecerá em muitos dos estados mais fracos, continuando a atual tendência, com poderes regionais ou blocos de poder interferindo de forma seletiva para protegerem seus interesses vitais, estes sendo muitas vezes a capital e os recursos valiosos no interior. Eventualmente, blocos de poder serão repostos por poderes militares dominantes sub-regionais, dispostos a se engajarem em conflitos, que com frequência se darão na forma de uma imposição da paz e contra-insurreição.

Um Desequilíbrio

Quase todos os exércitos africanos da era pós-colonial começaram como adjuntos dos exércitos europeus e serviam principalmente de forças preliminares nas colônias. Como tal, eram levemente armados e dependentes do seu poder colonial para o adestramento, a logística e a liderança. Por exemplo, os Fuzileiros Africanos do Quênia descenderam dos Fuzileiros Africanos do Rei. Durante os últimos quarenta anos esses exércitos cresceram e se assemelham agora, em escala menor, às forças de seus regentes coloniais ou patronos da Guerra Fria.

Durante todo esse período, tem havido grande iniquidade na capacidade militar dos estados africanos. Até meados dos anos 90, desequilíbrios de poder eram controlados pela ameaça de intervenção por poderes externos à África. Durante a Guerra Fria em particular, estes poderes externos intervieram militarmente para controlar as tendências de segurança adversas ou pelo menos para nivelar determinada situação. Em 1975, os soviéticos e cubanos intervieram em Angola para equilibrar a intervenção Sul-Africana e a França formou uma união de estados africanos para salvar o regime de Mobutu no Zaire, em 1977 e 1978.

Segundo os padrões ocidentais, os exércitos africanos de hoje continuam levemente armados, pobremente adestrados e equipados e dependentes da ajuda militar estrangeira. Mesmo assim, um crescente número de estados, especialmente a Nigéria, Angola, África do Sul, Uganda, Ruanda, Etiópia e Zimbábue, são capazes de usar a força militar em apoio de seus interesses no continente devido às iniquidades no poder militar. Em um cenário convencional, um país com alguns aviões de caça ou helicópteros de ataque e 30 viaturas blindadas com o apoio de artilharia,

CONFLITOS ATUAIS

A Guerra Civil na República Democrática do Congo: 1998—?

Situação atual: Foi assinado um acordo de paz, sendo violado pela maioria dos assinantes.

Tipo: Guerra civil de coalizão com extensa participação de poderes estrangeiros e atores do subestado.

Número de combatentes: 120-140.000.

Pessoas deslocadas: 290.000.

Formações de porte: Batalhão, companhia.

Mortes: 20-27.000 (a maioria civis).

Táticas: Semi-convencionais (mistura).

Envolvimento estrangeiro: Zimbábue, Angola, Namíbia, Chade e Sudão pelo governo; e Ruanda, Uganda e Burundi a favor dos rebeldes.

A Guerra Civil em Angola: 1998—?

Situação atual: Protocolo de Lusaka violado por ambos lados, conflito contínuo.

Tipo: A última fase de uma longa guerra civil.

Número de combatentes: 150-180.000.

Pessoas deslocadas: Mais de 1.4 milhão

Formações de porte: Brigada, regimento e batalhão.

Mortes: Desconhecida (na maioria civis).

Táticas: Principalmente convencionais.

Envolvimento estrangeiro: Assistência privada contratada (por ambos os lados).

A Guerra Civil em Serra Leoa: 1991—?

Situação atual: Acordo de paz assinado mas sendo violado pelos rebeldes.

Tipo: Insurreição brutal que evoluiu para uma guerra civil.

Número de combatentes: 30-40.000.

Pessoas deslocadas: 600.000+

Formações de porte: Batalhão e companhia.

Mortes: Mais de 10.000 (na maioria civis).

Táticas: Semi-convencionais (mistura).

Envolvimento estrangeiro: Força da África Ocidental (encabeçada pela Nigéria) em transição para uma força de manutenção da paz da ONU a favor do governo; A Libéria e os contratados privados a favor dos rebeldes.

A Guerra entre a Etiópia e a Eritreia: 1998—?

Situação atual: Negociações de paz mantidas pela Organização de Unidade Africana e a ONU foram interrompidas. A luta está temporariamente suspensa.

Tipo: Guerra fronteiriça de grande escala.

Número de combatentes: 400.000.

Pessoas deslocadas: 400.000.

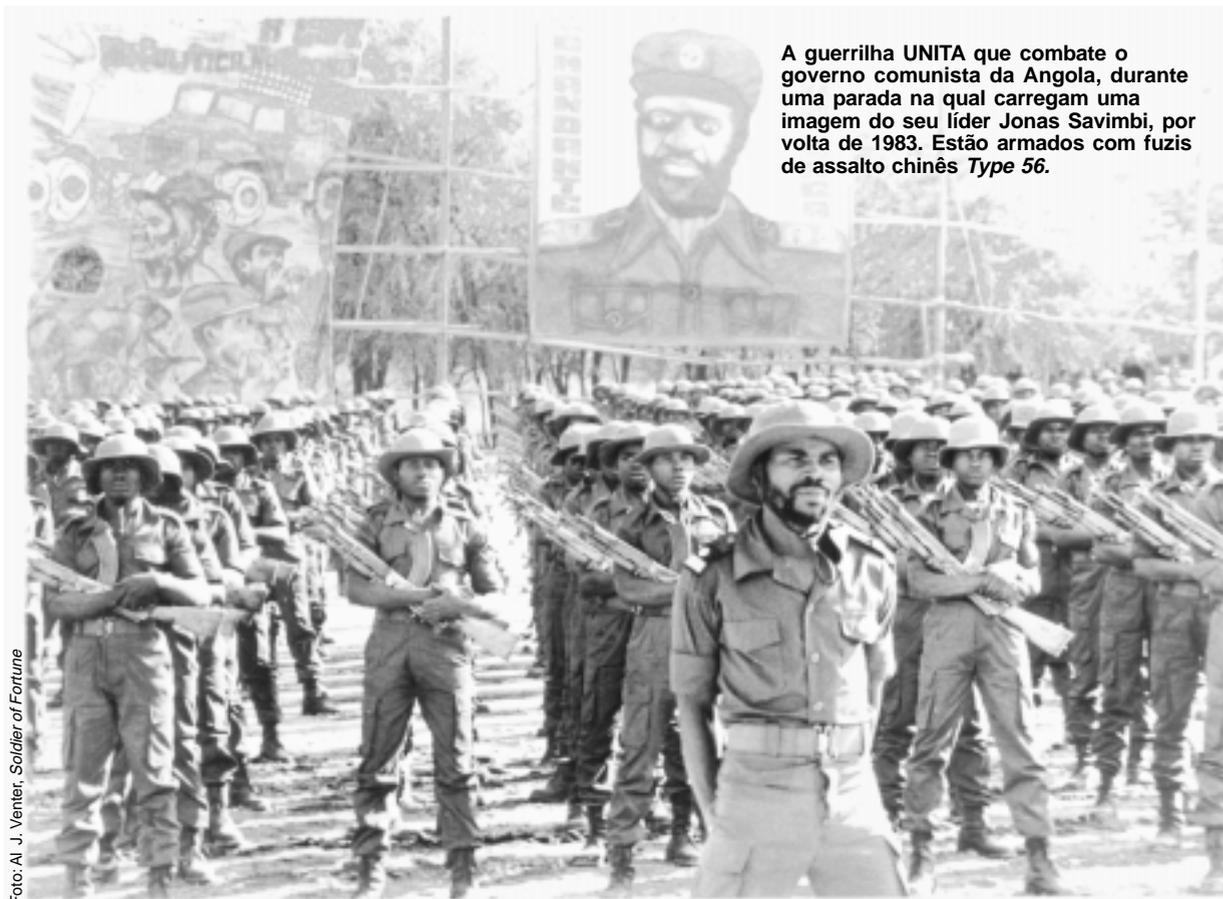
Formações de porte: Divisão, brigada e batalhão.

Mortes: 30-45.000 (militares).

Táticas: Convencionais.

Envolvimento estrangeiro: Pessoal contratado por ambos os lados, principalmente pela Etiópia.

tem uma vantagem imensa sobre outro país que o opõe com apenas leves unidades de infantaria. Sem um freio regional externo ou eficiente controlando suas atividades, os



A guerrilha UNITA que combate o governo comunista da Angola, durante uma parada na qual carregam uma imagem do seu líder Jonas Savimbi, por volta de 1983. Estão armados com fuzis de assalto chinês Type 56.

Foto: Al J. Venter, Soldier of Fortune

À medida que os poderes regionais se tornem mais ativos, adentrando na próxima década, e que seus interesses estratégicos fiquem mais definidos, existirá a possibilidade de guerras entre estados. Enquanto os conflitos entre estados permanecem como a forma principal de guerra, esta será mais provável do que foi nos últimos quarenta anos.

poderes emergentes locais podem e certamente escolherão a opção militar quando acreditarem que seus interesses vitais estão em jogo.

Por exemplo, a Angola usou o seu exército experiente uma vez para intervir no conflito Congo-Brazzaville e duas vezes no Congo-Kinshasa nos finais dos anos 90, para efetivar resultados que considerava como sendo benéficos aos seus esforços contra a insurgente União Nacional para a Total Independência de Angola—UNITA. A Nigéria conseguiu criar uma força de valor divisão na Libéria e depois em Serra Leoa para impor a paz regional e sua própria supremacia na África Ocidental. O Zimbábwe também desdobrou uma força de porte divisionário para a República Democrática do Congo, e a África do Sul (junto à Botswana) enviou tropas para Lesoto para deter os distúrbios que lá ocorreram. O Exército da Uganda combateu em três estados vizinhos durante a década de 90 — Ruanda, Sudão e Repúbli-

ca Democrática do Congo. A Ruanda lançou suas forças na República Democrática do Congo duas vezes em anos recentes, e a Etiópia mobilizou uma força com efetivo de 250.000 pessoas durante sua guerra fronteiriça com a Eritreia e continua a perseguir elementos hostis na antiga Somália.

Os próximos anos prometem pouca mudança nesta iniquidade militar. Em dez ou vinte anos a divisão entre os poucos dominantes poderes militares e o resto dos países provavelmente aumentará exponencialmente. Entre os estados mais fortes, grandes forças de infantaria darão lugar a forças menores e de maior mobilidade, alcance e poder de fogo. Os estados mais capazes manterão uma variedade de forças criadas para missões específicas tais como a projeção do poder, manutenção de paz, imposição de paz e as ações contra-insurreições. Enquanto os melhores exércitos da África Subsaariana crescerão mais impressionantemente, ainda permanecerão várias gerações atrás dos líderes globais.

Os Poderes Regionais e os Blocos de Poder

A primeira organização continental — a Organização da Unidade Africana — fundamentou-se no princípio da descolonização da África. Mas não tinha um mandato para intervir como uma organização militar regional ou para julgar disputas militares. Assim, no período pós-Guerra Fria, os blocos de poder continental começaram a se desenvolver e a agirem em conjunto com a Organização da Unidade Africana. Na maioria das vezes desenvolveram-se a partir de uniões econômicas, sendo o melhor exemplo a Comunidade Econômica dos Estados Africanos Ocidentais e seu braço militar, o Grupo de Monitoramento do Cessar Fogo da Comunidade Econômica dos Estados Ocidentais Africanos (*Economic Community of West African States Cease Fire Monitoring Group — ECOMOG*). Dominado pela Nigéria, poder regional, o *ECOMOG* tem estado na Libéria, na Serra Leoa e na Guiné-Bissau, ganhando respeito e sendo ridicularizado. Em outra parte, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Meridional, com apoio da África do Sul, assumiu um papel na segurança regional, mas sua integridade tem sofrido por causa de graves desentendimentos sobre o Zimbábue e pelo envolvimento da Namíbia na República Democrática do Congo. No Chifre da África, a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento envolveu-se com a resolução diplomática do conflito no Sudão mas não recebe a cooperação militar dos seus membros. A Cooperação na África Oriental — composta pelo Quênia, pela Tanzânia e Uganda — tem conduzido exercícios militares conjuntos. Alguns agrupamentos aparentam ter sido específicos e temporários, tal como os Estados da Linha de Frente da África Oriental (Uganda, Ruanda e Eritréia) que sucumbiram quando a guerra fronteiriça entre a Etiópia e a Eritréia irrompeu em 1998. Os Poderes dos Grandes Lagos — Uganda, Ruanda e Burundi — têm agido como um bloco informal na guerra da República Democrática do Congo, apesar de que as tensões entre Kigali e Kampala resultaram apenas em vociferações em Kisangani, em 1999.

Outros agrupamentos irão provavelmente surgir e alguns agrupamentos já existentes se reagruparão para acomodar as mudanças nos interesses nacionais entre os estados membros. Blocos de poder tentam lidar com assuntos de segurança coletiva regional à medida que os africanos se sentem cada vez mais autônomos. Eles percebem formas virulentas de insurreição econômica e guerras internas altamente destrutivas que menosprezam fronteiras e aparentam estar fora de controle. Líderes responsáveis se unem temendo que tais conflitos, caso não sejam controlados, poderiam destruir estados e criar focos esporádicos de anarquia. A Organização da Unidade Africana, por sua inação, fomenta o desenvolvimento de tais agrupamentos sub-regionais. Ela tem apenas um mecanismo militar simbólico e prefere endossar as intervenções militares de outros ao

invés de tomar a dianteira. Porém, recentemente, tem mostrado sinais de se tornar mais ativa ao assumir um papel proeminente na ajuda para negociar um fim à disputa Etiópia-Eritréia e por servir de patrocinadora de uma comissão militar conjunta na República Democrática do Congo.

Blocos de poder regional só podem ser tão viáveis e eficazes como os poderes que os lideram. Na África Subsaariana, poucos estados são suficientemente poderosos para liderarem atualmente. A África do Sul e a Nigéria são os dois mais conhecidos líderes dessa região. Ambos encaram sérios desafios internos mas devem poder manter suas posições de potências regionais e, a longo prazo, terão o potencial de se tornarem poderes a nível continental. Tal desenvolvimento pode levar à recolonização por parte dos poderes africanos, apesar de que o contexto seria diferente do vivido na experiência europeia. Pretória e Abuja, por exemplo, poderiam desenvolver tendências hegemônicas: poderia ser argumentado que a Nigéria já o fez. Além destes dois países, predizer outros poderes de grande desenvolvimento é difícil. Entre os que poderiam emergir na próxima década estão Quênia, Angola, Zimbábue, Etiópia e talvez Senegal. Até mesmo pequenos países como a Ruanda e a Eritréia já têm demonstrado uma habilidade de projetar a força e influenciar no equilíbrio militar local.

Um campo de provas para os poderes regionais emergentes envolveria missões de imposição da paz e outras intervenções militares em estados falidos. A manutenção da paz pode-se tornar uma arte perdida na África durante este século. Namíbia e Moçambique têm sido sucessos relativos da ONU, mas a Serra Leoa, Angola, Somália e Libéria têm demonstrado retornos limitados após iniciativas de manutenção da paz de alto custo. Intervenções militares em estados falidos continuarão, mas, provavelmente, serão apenas ações policiais a fim de vencer os grupos insurgentes ou conflitos multinacionais sobre escassos recursos naturais. O caso da República Democrática do Congo aplica-se aqui. O desequilíbrio em capacidades militares não será resolvido durante a próxima década e é mais provável que piore.

Tendências no Comércio de Armas

A aquisição de armas está ocorrendo em três níveis — armas leves, itens pesados de reserva de estoque e sistemas de armas mais sofisticados. O grande comércio ativo de armas pequenas e outras armas leves de infantaria, capturou a atenção internacional após a Guerra Fria porque ajuda a fomentar pequenas guerras pelo continente afora. Estas armas leves incluem pequenas armas, metralhadoras, lança-granadas de propulsão a foguete e morteiros de pequeno calibre — todas portáteis.

Estas armas têm três origens principais. Durante a Guerra Fria, milhões de fuzis de assalto e outras armas deram entrada na África, a maioria levada por poderes comunis-

tas equipando “aliados,” entre estes Angola, Etiópia, Moçambique, Somália e Sudão. Fuzis como o *AK-47* são tão numerosos que são usados como dinheiro em alguns lugares. Segundo, na era pós-Guerra Fria, tem se desenvolvido um comércio ativo, por intermediários, para adquirir armas leves da antiga União Soviética e de outros países da Europa Oriental onde tais armas existem em abundância e a baixo preço. Finalmente, uma meia dúzia de estados subsaarianos fabricam armas leves, e a sua produção em muito excede suas próprias necessidades.

As origens das armas pequenas são difíceis de desvendar, e um avião comercial pode transportar uma quantidade suficiente delas para começar uma guerra de guerrilha. É por isto que o comércio de armas leves é tão perigoso. A atual inundação de armas de pequeno porte na África deverá diminuir gradativamente nos próximos dez a vinte anos à medida que os milhões destas armas, entregues durante as décadas dos 70 e 80, vão se deteriorando e se tornando irreparáveis, sem serem repostas na mesma medida. Não obstante, armas leves sempre serão relativamente fáceis de adquirir e motivo de grande preocupação.

O comércio de armas pesadas e grandes peças de equipamento militar aumentou nos finais dos anos 90, com o crescente número de conflitos no continente e o número sem precedentes de países participando de operações militares. Durante 1998 e 1999, exércitos africanos desdobraram em outras nações africanas 19 vezes, enquanto em 17 países foram travados combates de porte considerável. Estes desdobramentos incluíram viaturas blindadas, artilharia, mísseis terra-ar e aeronaves de combate e transporte. Estes sistemas de armas, apesar de não serem novos na região subsaariana, são versões de sistemas clássicos freqüentemente renovados. O carro de combate *T-55*, por exemplo, está agora disponível com blindagem reativa, equipamento de visão noturna e a habilidade de disparar mísseis anticarro. Os caças bombardeiros *MiG-21* e *MiG-23* agora são constantemente atualizados com melhores desenvolvimentos aeronáuticos, motores, e conjunto de armas, além de outras melhoras no desempenho. Outras populares peças de equipamento dos anos 90 foram as viaturas de combate de infantaria, mísseis terra-ar portáteis, lançadores múltiplos de foguetes e helicópteros de combate e transporte — na maioria de fabricação soviética. A próxima década provavelmente incluirá maiores entregas de armas pesadas para a África Subsaariana. Apesar de que alguns observadores consideram a blindagem e as aeronaves de combate inapropriadas às guerras africanas, aqueles países que as adquiriram querem mais. Por exemplo, o *T-55* é agora um item principal em guerras que vão desde o Chifre da África até Angola, e de Ruanda à Guiné. Os helicópteros de ataque *Mi-24 HINDe* são populares em contra-

insurreições e como plataforma de apoio aéreo aproximado, e são usados por uma dúzia de países africanos.

Nos finais dos anos 90, uma nova geração de equipamento militar começou a aparecer na região subsaariana — a maioria na aviação. A guerra fronteiriça entre a Etiópia e a Eritreia agora incorpora os caças *Su-27* e *Mig-29*, novidades na região. Pelo menos alguns outros países, tais como Angola e Nigéria, provavelmente irão adquirir estas e outras aeronaves da nova geração nos próximos dois ou três anos. A Etiópia também recebeu o sistema de artilharia autopropulsado *2S19* de 152mm, um grande salto em sofisticação quando comparado com a artilharia desenhada pós-IIGM normalmente encontrada na África. Sem as restrições da Guerra Fria, países africanos podem facilmente obter o próximo nível de armas sofisticadas.

Como podem os estados africanos pagarem por estas armas? As facilidades de crédito e concessões militares em equipamento da Guerra Fria já acabaram. Compreensivelmente, os poucos países africanos, grandes ou ricos, estão à procura no mercado de importantes aquisições de equipamento. Mas países menores e mais pobres, levados por ameaças, ou por já estarem envolvidos em conflitos, também procuram comprar. Financiamentos imaginários, na forma de acordos para permutas e concessões, tornam difícil prever quem irá poder fazer futuras aquisições de armas.

Negociantes de armas nos mercados negro e cinza complicam ainda mais o cenário já que substituem cada vez mais as clássicas negociações de armas de estado a estado. As maiores compras ainda são feitas por meio de agências dos governos e os custos ainda favorecem em muito as transações de estado para estado, mas desvios no comércio favorecendo distribuidores autônomos estão aumentando. Esta é uma situação alarmante porque os distribuidores autônomos são motivados apenas pelo lucro, vendem a qualquer um — insurgentes ou governos — e pouco se importam com as consequências.

A Questão da Privatização

A velha dependência em mercenários provavelmente continuará à medida que atores do estado e sub-estados africanos os contratem para serviços militares com o propósito de melhorarem as suas posições. A privatização de funções de segurança do estado proporciona aos países africanos um multiplicador de força — uma solução mais barata, e mais rápida, apesar de controversa, para um militar enfraquecido. Os contratados podem ser mais sensíveis do que são os estados em ajudar um governo. A firma sul-africana *Executive Outcomes* — *EO* foi eficiente em meados dos anos 90 em Angola e Serra Leoa e é geralmente creditada com ter ajudado a inverter as pobres posturas militares destes governos. Mas a *EO* engaja-se em operações e deu vazão a acusações de que era nada menos que

um grupo mercenário fazendo-se passar por uma companhia legítima. Na verdade, a diferença entre um legítimo contratado em segurança e mercenários ilegais ficou difícil de se distinguir. Na África, ser envolvido com mercenários é estigmatizante, mas muitos estados consideram contratistas como alternativas aos programas de assistência de segurança da Guerra Fria.

Os serviços de segurança dos estados deixam muito a desejar em se tratando das áreas de adestramento, conselheiros e logística (a manutenção é uma deficiência-chave no militar africano). O transporte aéreo tem se tornado uma área particularmente crítica para a privatização. Sem o transporte aéreo contratado, muitos dos mais recentes engajamentos africanos não teriam sido possíveis. Na atual guerra na República Democrática do Congo, o transporte aéreo é considerado a maior despesa para ambos os lados.

Contratados em segurança passam dos limites e se tornam mercenários quando agem como operadores e combatentes e não apenas mantenedores e professores. Também passam dos limites quando começam a negociar com atores de subestados e não com governos reconhecidos. Empresas de segurança podem ficar cada vez mais a favor de venderem seus serviços a movimentos de insurreição, milícias tribais, comandantes locais e até às organizações não governamentais. Enquanto empresas de segurança mais conhecidas — como a *MPRI* e a *Sandine International* — se esforçam por desenvolver uma imagem legítima, outras firmas menores ou autônomas estão preocupadas apenas com os lucros e negociarão com qualquer um. Parece provável que entidades privadas de segurança irão expandir de forma honrada, mas também desonesta. Os que negociam a segurança com atores de subestados irão desestabilizar ainda mais a região.

O novo interesse demonstrado pelos serviços de contratistas e mercenários originou principalmente com os vendedores de armas. Quando itens são vendidos, os contratos negociados incluem o adestramento, técnicos e conselheiros. Incluir pessoal de combate é apenas um passo a mais. Enquanto tropas mercenárias de combate continuam a aparecer ocasionalmente na África, a próxima década parecerá favorecer os “tecno-mercenários”, técnicos que podem manter funcionando o equipamento e treinar os locais em como usá-lo, sem se envolverem em combate.

Perspectivas para Guerras Interestaduais

Conflitos militares africanos desde a Guerra Fria têm-se tornado outra vez, quase que exclusivamente assuntos internos, bem mais prejudiciais às bases econômicas e sociais do que guerras interestaduais tradicionais. As formas mais comuns de conflito na África são as insurreições armadas e a guerra civil, esta geralmente surgindo da primei-

ra. Estes distúrbios provavelmente irão persistir durante os próximos dez anos. As condições que fomentam o desenvolvimento de insurreições econômicas (pobreza extrema, milhares de jovens descontentes e desencantados, tensões étnicas e fácil disponibilidade de armas) irão persistir e podem até intensificar. Grupos dissidentes evoluem do simples banditismo à guerra de insurreição à medida que se tornam maiores e mais bem sucedidos. Credos e manifestos são rapidamente adaptados para prover a folha da figueira da legitimidade política. Eventualmente, insurreições podem chegar a ser consideradas como guerras civis, seus líderes rebeldes adquirindo respeito como sendo legítimos líderes políticos.

Quase todas as guerras internas na África atraem, ou em certos casos são criadas por, interferência por parte de poderes estrangeiros. Cada insurreição depende até certo ponto de uma ajuda externa. Portanto, lutas internas podem ser consideradas como guerras por procuração, disfarçadas como conflitos internos. Estados fracos são vulneráveis ao colapso, e guerras internas podem apressar o processo. O colapso de um estado, como definido aqui, não é meramente o fracasso do funcionamento de um governo, como foi no Zaire sob Mobutu; é sim o colapso total da autoridade nacional do governo, como na Somália sob vários comandantes hostis. O controle nacional desaparece quando o estrago interno corrói o militar ao ponto que já não pode servir de guardião do Estado. Ironicamente, tanto a diminuição militar mal concebida, ou pior, uma mobilização militar demasiado antecipada, podem exacerbar problemas de segurança interna. Grupos armados em oposição ao governo, ou meramente orientados à autodefesa, preenchem o vácuo deixado pela vazão do poder do Estado e criam redes étnicas, regionais ou sociais. Em consequência disto, o maior número de paramilitares (milícias armadas, facções políticas e forças de autodefesa étnicas) contribui à instabilidade, aumentando o número de atores armados do subestado, possuidores de suas próprias agendas. Outrossim, estes grupos são suscetíveis à manipulação estrangeira. Essa perigosa forma de conflito interno, característica dos anos 90, pode potencialmente ser um problema de grandes proporções para a África na próxima década.

Também parece que estados ativos africanos irão seletivamente intervir militarmente para controlar insurreições que ameacem países vizinhos ou que oferecem santuário a elementos perigosos, tais como grupos terroristas e movimentos de fanáticos radicais. Fortes estados africanos, e as entidades sub-regionais que dominam, reconhecerão cada vez mais os sinais de perigo como os da subdivisão de forças insurgentes em gangues de guerrilha, a manipulação de grupos rebeldes por interesses estrangeiros querendo tirar vantagens de um conflito e o surgimento de um império criminoso dentro de um ambiente fora-da-lei. Durante a



Foto: Departamento de Defesa

Um fuzileiro naval carrega caixas com armas durante a Operação *Restore Hope* em Mogadishu, na Somália.

Grupos armados em oposição ao governo, ou meramente orientados à autodefesa, preenchem o vácuo deixado pela vazão do poder do Estado e criam redes étnicas, regionais ou sociais. Em consequência disto, o maior número de paramilitares (milícias armadas, facções políticas e forças de autodefesa étnicas) contribui à instabilidade, aumentando o número de atores armados do subestado, possuidores de suas próprias agendas.

década vindoura, poderes ocidentais reconhecerão que as guerras internas da África, — que desestabilizam alguns estados e causam o colapso de outros, afinal ameaçam seus próprios interesses estratégicos. Porém, esta lição não será aprendida até que ocorra algum desastre ambiental de origem criminosa que ameace diretamente os interesses ocidentais.

Perspectivas para Guerras entre Estados

As guerras entre estados soberanos na África Subsaariana têm ocorrido por toda a era da independência, mas raramente foram mais do que uma preocupação regional. A guerra de Ogaden entre a Etiópia e a Somália recebeu atenção por causa do envolvimento das tropas cubanas e dos conselheiros soviéticos, mas a maioria dos conflitos entre estados, como a guerra que durou cinco dias em 1985 entre o Mali e o Burkina Faso, tornam-se meras observações nas margens dos livros so-

bre a história africana. Isto pode muito bem mudar nos próximos dez a vinte anos à medida que os estados militarmente fortes tentem estabelecer suas áreas de interesse sem serem intimidados por poderes estrangeiros.

Uma pergunta legítima seria se os estados africanos são capazes de participar em contentos militares entre estados. Países da região dos Grandes Lagos e no Chifre da África têm demonstrado uma incrível e surpreendente habilidade para financiar atuais campanhas militares. Até mesmo nas áreas onde o petróleo, os diamantes ou os outros recursos naturais de alto custo não são evidentes, os países encontram meios para pagar por armas modernas pesadas. Financiar conflitos africanos, especialmente guerras convencionais entre estados, permanece problemático, mas a falta de recursos não é motivo para descontar futuras guerras entre estados.

No ambiente subsaariano, um crescente número de estados têm a capacidade militar básica de se engajar em guerras entre os estados, mesmo quando estas não

envolvem um país adjacente. O apoio aéreo contratado revolucionou a guerra africana, dando um alcance estratégico aos países. Além disso, muitos dos novos líderes dinâmicos da África, tais como o presidente de Uganda, Yoweri Museveni e o presidente Paul Kagame de Ruanda, que tomou o poder pela força, tendem a considerar o poder militar como uma legítima — até preferível — ferramenta do Estado. Outrossim, alguns líderes antigos tais como o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos e Robert Mugabe, presidente do Zimbábwe, também consideram o uso da força militar como uma forma aceitável de proceder.

À medida que os poderes regionais se tornem mais ativos, adentrando na próxima década, e que seus interesses estratégicos fiquem mais definidos, existirá a possibilidade de guerras entre estados. Enquanto os conflitos entre estados permanecem como a forma principal de guerra, esta será mais provável do que foi nos últimos quarenta anos. Algum conflito pode tomar a forma de uma guerra de coalizão, como a que está ativa no momento na República Democrática do Congo. Outras serão mais tradicionais entre duas nações como a guerra entre a Etiópia e a Eritréia. A batalha de vontades e princípios que rege essa disputa serve como lembrança de que muitas guerras têm propósitos simbólicos e morais. Mas futuras guerras entre estados na África podem ocorrer devido à falta ou escassez de recursos — e não falamos apenas de mercadorias de alto valor tais como o petróleo e os diamantes. A água, a indústria pesqueira, a terra fértil e a solidariedade étnica estarão entre as causas fundamentais das guerras entre estados. As fronteiras estabelecidas pelos colonos continuarão a ser cada vez menos importantes e fáceis de alterar pela emergente estrutura do poder na África.

As guerras na África terão suas origens na extrema pobreza e em um sentimento de futilidade entre sua população crescente, em especial entre seus jovens rapazes alienados. Fomentadas por grandes expectativas oriundas de maior atenção por parte da mídia, estas guerras serão principalmente internas e não convencionais. Exigirão um grande sacrifício em termos do povo, da frágil infra-estrutura e dos próprios estados à beira do colapso. Mais estados sofrerão um colapso total, serão restabelecidos por poderes externos dentro da própria

África ou serão patrulhados por entidades internacionais de manutenção da paz.

As diferenças no poder militar no Continente Africano serão mais aparentes. Poderes emergentes locais e blocos de poder serão os atores militares de importância no continente. À medida que os grandes poderes limitam o seu envolvimento, estes poderes emergentes irão dedicar-se às suas próprias agendas que, até o ano 2010, mudarão o mapa político africano.

O atual escopo do conflito militar africano não tem precedente. Nos finais dos anos 90, a África Subsaariana pode de fato ter iniciado “A Guerra de Trinta Anos,” um processo de metamorfose que irá radicalmente mudar o continente. Em alguns cantos da África, as brasas da guerra permanecerão difíceis de se extinguir por outro motivo: elas têm existido há tanto tempo que são aceitas como normais. Gerações inteiras em lugares como Angola, Eritréia, Libéria e Somália têm se desenvolvido sempre em meio ao conflito.

Na África, como em outras partes, o crime transnacional e a guerra tornar-se-ão virtualmente indistintas. Insurgentes econômicos, comandantes de guerrilha que lutam pelo lucro financeiro, áreas que servem de refúgio aos fora-da-lei, exércitos de soldados juvenis e civis brutalizados, todos ofenderão o sentido moral das nações ocidentais e exigirão alguma espécie de reação. O policiamento dessas infames situações será uma prioridade internacional. Mesmo assim, alguns lugares estarão além do alcance da consciência moral ocidental e continuarão a existir em meio ao conflito de baixa intensidade, indefinidamente.

Os próximos dois a três anos não prometem muita mudança na segurança africana, mas até o ano 2010 o mapa de relevo político africano provavelmente terá mudado de forma significativa. Setores de estabilidade podem ser construídos em volta de estados relativamente fortes e prósperos como a África do Sul, o Quênia, e talvez, a Nigéria. Em países sofrendo devido às insurreições e à beira do colapso, forças internacionais protegendo a capital podem efetivamente criar cidades-estados. Em outras áreas, poderes locais demonstrarão interesses hegemônicos e fronteiras geográficas se adaptarão às novas ordens políticas do continente. **MR**

William G. Thom é Oficial de Inteligência de Defesa (Defense Intelligence Officer) para a África, na Agência de Informação de Defesa (Defense Information Agency) em Washington D.C. É bacharel pela State University of New York em New Paltz e tem um mestrado pela American University. É graduado pelo U.S. Army War College e pelo National Security Leadership Course. Também teve várias posições na Agência de Inteligência de Defesa (Defense Intelligence Agency — DIA), incluindo chefe do Setor de Capacidades Militares Africanas (Africa Military Capabilities Branch); analista sênior do Diretório de Estimativas (Directorate for Estimates); e analista da África, no J2. Também serviu como analista sênior para a África, no J2, Quartel General do Comando Europeu dos EUA, em Vaihingen, Alemanha.